



## **PLANOS INTEGRADOS, LAGOS ARTIFICIAIS E MEDICINA TROPICAL – O CASO DE CABORA BASSA**

**Ana Paula Silva** \*

\* CIUHCT, FCT/UNL-NOVA  
[apl.silva@fct.unl.pt](mailto:apl.silva@fct.unl.pt)

### **Resumo**

A construção da barragem de Cabora Bassa fazia parte do plano de desenvolvimento integrado do rio Zambeze abrangendo 137 000 km<sup>2</sup>. O plano visava o aproveitamento dos recursos naturais da região, o progresso social e económico das populações e o adensamento da ocupação humana de extensas áreas, consideradas fracamente povoadas. A criação da albufeira de Cabora-Bassa levantou questões ecológicas importantes, pois desenvolve-se ao longo de 250 km, com uma área de 2 700 km<sup>2</sup>. Para tratar essas questões, na Junta de Investigação do Ultramar, foi criada a “Comissão Orientadora da Investigação Científica” na área da albufeira. No seu trabalho, a Comissão adoptou como quadro de referência a publicação da FAO (1969), “Man-made lakes, planning and development” e visou: [1] aquisição de conhecimentos impossíveis de obter após a inundação da área; e [2] a previsão de alterações ecológicas em resultado da criação da albufeira, que incluía a “Saúde e Nutrição” entre os campos de investigação, pois

- a deslocação de mamíferos (...) pode acarretar a deslocação simultânea da mosca tsé-tsé e a conseqüente expansão da tripanosomiase bovina;
- a transferência de roedores pode constituir veículo transmissor da peste bubónica;
- a proliferação de várias espécies de mosquitos, nomeadamente os vectores de diversas formas de encefalomielite e de filariose, pode ser favorecida pelas condições de abrigo oferecidas às respectivas larvas pelas massas flutuantes de certas plantas do tipo “Pistia straticitis”; (in “Bases para o Estabelecimento do Programa Geral da Comissão Orientadora da Investigação Científica na Área a Inundar pela Albufeira de Cabora Bassa”, p.10)

Assim, na rubrica “Saúde e Nutrição”, a Comissão visava a “saúde pública (...) no campo das endemias prevalentes e da nutrição (...) com o objectivo de se poderem prever medidas a tomar anteriormente à reinstalação das populações assim como as que devem considerar no decurso desta e posteriormente”.

Pretende-se, então, analisar o trabalho da Comissão no âmbito da saúde pública e inscrevê-lo na tradição da medicina tropical portuguesa, identificando continuidades e rupturas, ao mesmo tempo que pontuaremos as influências exteriores, nomeadamente no que se refere à adopção da perspectiva ecológica na abordagem dos problemas estudados.